Apresentação

A presente edição da Revista *Terceira Margem Amazônica* aborda um tema em evidência e de extrema importância no contexto atual. Alvo de reflexões teóricas empreendidas por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, mas também pelo engajamento de povos indígenas e das comunidades tradicionais que o adotaram como uma estratégia para obter renda e promover a identidade étnica. O tema em questão é o **Turismo em Comunidades Tradicionais e Indígenas**, sobretudo, a condução das atividades turísticas feita pelas próprias comunidades, de acordo com suas visões, interesses e perspectivas. A partir de uma visão que visa romper com as relações assimétricas e com os modelos impostos, dando lugar às experiências elaboradas pelas comunidades em parceria com os interlocutores por elas escolhidos.

As primeiras experiências de comunidades tradicionais com o Turismo foram registradas a partir da década de 1980, em vários lugares da América Latina e envolvendo "diferentes fatores de ordem econômica, social, cultural e política" (MALDONATO, 2009, p. 25). É importante destacar que esses fatores, em sua maioria, envolveram relações de poder e desigualdade, exclusão e apropriação. Pois, embora o Turismo estivesse presente nas comunidades, infelizmente estas não eram as protagonistas. Nos últimos anos esse cenário vem se modificando graças a mobilização das comunidades que lutam para construir um cenário de autonomia e respeito.

No que tange, especificamente, ao Turismo em Terras e Comunidades Indígenas, verificam-se importantes mudanças e avanços nos últimos dez anos, particularmente, em termos de normatização, a exemplo da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), Decreto nº 7.747/2012, que no seu Art. 4º, Eixo V, declara ser necessário "apoiar iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas". Outro instrumento legal que modifica as relações até então observadas em

relação ao Turismo em Terras Indígenas, é a Instrução Normativa n. 03/PRES, de 11/06/2015 que estabelece as normas para a visitação com fins turísticos em terras indígenas.

Esse cenário demanda uma reflexividade sobre os avanços e melhorias concernentes as políticas públicas, aos processos de normatização das atividades e das experiências na prática. Nesse sentido, as discussões trazidas nos artigos que compõem a presente edição da revista, se constituem num importante exercício, o qual começa com o artigo **OS TAUREPÁNG DO BANANAL E O TURISMO** de autoria de Caio Monticelli. Nesse artigo o autor trata sobre a experiência do povo indígena Taurepáng com a atividade turística que vem se consolidando na parte setentrional da Terra Indígena São Marcos, norte do estado de Roraima. A pesquisa se desenvolve em uma comunidade experiente em receber turistas, no entanto, segundo o autor, para seus moradores, o turismo suscita ainda muitas controvérsias internas que precisam ser resolvidas, apontando a necessidade do planejamento participativo e maior autonomia dos indígenas acerca de qual Turismo e turista desejam em suas terras.

A importância do planejamento participativo também está presente nas discussões do artigo **A LENDA DO POÇO DA MOÇA: o imaginário da Comunidade Remanescente de Quilombo Ramal do Bacuri e seus reflexos no turismo**, nele os autores Rayanne Silva Nascimento, Dayara Vanessa de Souza Bezerra, Jonathan Rodrigues Nunes e Vânia Lúcia Quadros Nascimento, mostram a experiência vivenciada por uma comunidade quilombola localizada no estado do Pará. Nessa comunidade, o Turismo aparece como uma oportunidade que pode trazer melhorias para os moradores, tendo como principal atrativo a cultura, em particular a lenda do Poço da Moça. Os autores concluem que, embora haja um fluxo de turistas para a comunidade em função da referida lenda, o Turismo ainda não contribui efetivamente para a geração de renda na comunidade em virtude da falta de planejamento estratégico.

Seguindo na esteira das considerações sobre o lugar e a relevância do planejamento participativo na implementação do Turismo nas comunidades, sejam elas tradicionais ou indígenas, destaca-se o artigo **METODOLOGIA**

PARTICIPATIVA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: estudo de caso na comunidade Caripi na região de várzea de Cametá-PA, no qual Cibele Rossana Funck Donato aborda o Turismo de Base Comunitária e suas potencialidades, integradas aos produtos da sociobiodiversidade na Comunidade Caripi, evidenciando a necessidade do planejamento participativo e as metodologias utilizadas para viabilizar o planejamento.

No artigo **PERCEPÇÃO TURÍSTICA DA COMUNIDADE SÃO JOÃO DA RDS TUPÉ – MANAUS/AM**, Simone Marcela Souza de Carvalho do Nascimento, Karla Cristina Ribeiro e Maria de Nazaré de Lima Ribeiro refletem sobre a organização do Turismo na comunidade São João, partindo da própria percepção turística dos comunitários e dos aspectos relativos ao planejamento para o desenvolvimento do Turismo local, que como nos três artigos anteriores, é condição para o êxito das experiências das comunidades com o Turismo.

As questões referentes as políticas públicas para o Turismo perpassam por todas as discussões levantadas nos artigos supracitados. Pois, sem compromisso político e decisões políticas, as comunidades ficam impossibilitadas de alcançarem as melhorias almejadas por meio do Turismo. Com o título **POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DE TRACUATEUA-PA,** Vânia Lúcia Quadros Nascimento e Helena Doris de Almeida Barbosa, concluem que as políticas públicas de turismo contribuírem para o desenvolvimento local, desde que sejam implementadas de maneira contínua e passem por atualização, adequação ou reformulação para atender às necessidades locais, considerando as transformações do contexto global.

A ausência de políticas públicas, a falta de ordenamento e planejamento nas atividades turísticas têm acarretado inúmeros problemas para as comunidades, é o que trata o artigo de autoria de Flávia Domitila de Lima Souza, Marllen Karine da Silva Palheta e Voyner Ravena Cañete. No artigo, cujo título é **A PESCA ESPORTIVA SOB O OLHAR DOS ATORES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA**, as autoras enfatizam ser fundamental refletir sobre as práticas da pesca

esportiva e a forma como ela vem se desenvolvendo em diferentes regiões do Brasil, principalmente, sobre os prejuízos socioambientais que ela pode e tem ocasionado. Tomando a realidade de São Caetano de Odivelas, município da microrregião Salgado Paraense, mostram os impactos socioambientais, a desordem e insatisfação, especialmente por parte dos pescadores artesanais e das comunidades onde as atividades de pesca esportiva acontecem.

O artigo **EMPRESAS EM REDE: UM ESTUDO SOBRE A REDE EMPRESARIAL TURÍSTICA DA CIDADE DE TABATINGA – AM,** de autoria de Salaniza Bermeguy da Cruz, Antônio Henrique Queiroz Conceição, Mário Mollo, Selomi Bermeguy Porto e Henrique F. L. C. Neto, diferentemente dos demais artigos apresentados, aborda a realidade observada na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, uma análise que sai do âmbito das comunidades e do ambiente rural, focando nas empresas e nas redes constituídas por estas. Embora siga um percurso diferente, ele não exclui as conexões que possam aproximar as discussões em foco nos outros artigos, uma vez que as atividades turísticas devem ser analisadas à luz de suas próprias redes, as quais estão imbricadas à atuação de diferentes agentes sociais, nesse sentido, a rede empresarial não está fora.

Na seção debate tem-se uma discussão singular com o tema "Turismo de Base Comunitária e Sustentabilidade", com a participação de dois pesquisadores que atuam na região do Baixo Rio Negro-AM. Nesse debate, Glaubecia Teixeira da Silva e Francisco Carlos Borges de Souza defendem que o turismo sustentável pressupõem o respeito e a valorização das pessoas e do papel que elas desempenham na conservação ambiental. Nesse sentido, quando se discute as políticas públicas para as áreas protegidas, áreas de conservação, não se deveria excluir as pessoas ou alijá-las dos processos decisórios sobre as políticas de conservação ambiental, uma vez que elas são fundamentais nesse processo.

Todas as ênfases dadas pelos pesquisadores sobre os conflitos observados no Baixo Rio Negro, direcionam-se à necessária mudança nas relações sociais, na política e na própria prática científica observadas no contexto atual, e que são responsáveis pelas exclusões, assimetrias,

desigualdades e desrespeito às populações tradicionais e indígenas que vivem nas áreas protegidas. As falas dos participantes do debate vão ao encontro das colocações feitas por Marco Antonio Vaz de Lima, representante do Fórum de Turismo de Base Comunitária do Baixo Rio Negro, na seção entrevista.

O Fórum, de acordo com Marco Antônio, é composto por um grupo de pessoas comprometidas com a temática do Turismo de Base Comunitária na região e com a construção de um "modelo" de Turismo no qual haja a participação efetiva dos comunitários, como os protagonistas de todo o processo que envolve a atividade. Para consolidar tais propósitos ao longo de sua existência o Fórum promoveu debates, encontros, discussões, oficinas, e apesar das dificuldades, há um esforço muito grande em manter suas atividades e garantir vida longa e produtiva ao mesmo.

Com a seção entrevista, encerramos as discussões desta edição agradecendo aos autores e colaboradores. Desejamos uma produtiva e prazerosa leitura a todos.

Jocilene Gomes da Cruz
Lindomar de Jesus de Sousa Silva
Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo